



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 10/2020

----- Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, através de videoconferência, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Luís Filipe Santana Dias, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Candoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Quando eram dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião realizada por videoconferência, considerando as medidas de prevenção decorrentes da declaração de estado de calamidade. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Foram colocadas à discussão e votação as atas n.º 7/2020 referente à reunião ordinária de 17 de abril, n.º 8/2020 referente à reunião de 24 de abril e n.º 9/2020 referente à reunião de 8 de maio. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 7/2020, por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 7 votos a favor (7 presenças). -----

----- Aprovada a ata n.º 8/2020, por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 7 votos a favor (7 presenças). -----

----- Aprovada a ata n.º 9/2020, por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 7 votos a favor (7 presenças). -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: três milhões duzentos e dez mil, novecentos e trinta e

nove euros e trinta e cinco cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta e oito euros e dezanove cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- Não foram presentes documentos para conhecimento. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES**-----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por deixar sentidos pesamos a família e amigos do jovem militar da GNR de Rio Maior que faleceu num trágico acidente.-----

----- Seguidamente referiu que devido às circunstâncias atuais as reuniões têm-se realizado por videoconferência o que inviabiliza a presença de público, contudo foi contactada por um cidadão da União das Freguesias de Marmeleira e Assentiz que lhe colocou algumas questões, as quais poderia entregar por escrito ao Sr. Presidente da Câmara e que se prendem com os alcatroamentos realizados naquela União de Freguesias. Assim questionou qual o montante do investimento em cada uma das localidades que compõem a União das Freguesias e se seria possível justificar, em termos técnicos, qual a razão de na Marmeleira se ter optado por alcatroar o seguimento da Rua Neuphart Vieira que estava alcatroada até ao acesso dos últimos moradores, sendo expectável que se iria fazer a ligação até á extremidade do alcatroamento que se verifica na Rua do Campo da Bola.-----

----- Questionou também qual o montante que foi investido no terreno em frente ao mini mercado, café e restaurante “Benfica” em Assentiz, que de acordo com o referido pelo cidadão, parece que foi feito num domínio particular, que terá sido objeto de requalificação ao nível de esgotos, escoamento de águas pluviais e pavimentação, questionando se foi o município que suportou os referidos custos. O mesmo cidadão sugeriu que seria prioritário o alcatroamento dentro da Vila, por exemplo na Avenida José Pereira Caldas onde está instalada a sede de freguesia, utilizada diariamente por várias pessoas, dado que foi apenas objeto de pequenos melhoramentos, quando talvez se justificasse o seu alcatroamento integral.-----

----- Continuou a intervenção referindo que também falara com alguns munícipes dado que em Rio Maior se tem verificado muitas vezes a existência de máscaras e luvas no chão, sugerindo desenvolver uma campanha de sensibilização para que todos tenham em atenção a questão referida.-----

----- Finalizou a intervenção referindo mais uma vez a questões dos equipamentos de proteção individual, tanto mais que tem conhecimento que algumas freguesias, como a

de Fráguas, que está a distribuir pelos seus fregueses esses equipamentos, sugerindo que esta questão deveria ser concertada a nível concelhio, nem que fosse apenas um Kit a cada pessoa, o que faria com que os cidadãos percebessem que a autarquia se preocupa, dando um sinal da importância de todos se protegerem.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção reforçando as palavras da Vereadora Vera Simões relativas à questão das máscaras porque se percebe que, um pouco por todo o País, as Câmaras Municipais e outras entidades públicas, nomeadamente, Comunidades Intermunicipais, estão a tomar essa iniciativa solidária de distribuição dos Kits de proteção individual, e apesar de já ter sido dada uma explicação, opinou que a Câmara deveria dinamizar essa distribuição.-----

----- Seguidamente questionou o Executivo para quando estava previsto o regresso às reuniões presenciais, considerando que a realização das mesmas por videoconferência está a limitar a democracia e o exercício da cidadania através da intervenção do público, considerando ainda assim que teria sido possível permitir a todos os cidadãos que pretendessem intervir que o fizessem por esta mesma via.-----

----- Aditou que, contrariamente a outros municípios, não tem visto publicitada a atividade do município de Rio Maior, nomeadamente, a publicitação das decisões tomadas nas reuniões de Câmara.-----

----- Continuou a intervenção reportando-se às comemorações do dia da Biodiversidade, e como Rio Maior integra o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, sendo as Salinas de Rio Maior o símbolo maior do concelho e cuja sede também está em Rio Maior, considerou ser uma oportunidade de reflexão relativamente a áreas tão importantes como as alterações climáticas, o aquecimento global, a qualidade do ar, assim como as temáticas relacionadas com o turismo de natureza, em especial nesta fase da pandemia em que todos ganham um novo interesse relativamente ao campo e aos espaços naturais. Assim, sobre a temática da biodiversidade gostaria de saber quais os trabalhos que estão em curso relativamente ao plano municipal de defesa da floresta contra incêndios.-----

----- Continuou a intervenção referindo que no passado dia dezoito de maio se comemorou o Dia Internacional dos Museus, manifestando a propósito a sua tristeza e mágoa enquanto riomaiorense, pelo facto de Rio Maior não ter um museu municipal digno desse nome e que possa honrar a história e a memória do concelho, fazendo a ponte entre o passado, o presente e o futuro. Questionou o que a Câmara Municipal

fez para assinalar o citado dia e assim dinamizar a área da cultura.-----

----- Ainda no uso da palavra reportou-se também ao ensino referindo o regresso às aulas dos alunos dos 11º e 12ºs anos, desejando que tudo corra bem com a comunidade escolar e que os alunos não sejam prejudicados no seu processo educativo, concluindo o ano letivo com aproveitamento. Questionou a propósito, se no ensino técnico-profissional as aulas também recomeçaram. Ainda sobre o ensino e a educação lembrou que o ensino das artes em Rio Maior tem tido um impulso nos últimos anos, salientando que a Escola Secundária pela primeira vez, há dois anos, conseguiu constituir uma turma na área das artes. Referiu ainda que o ensino artístico e articulado da música na Escola das Marinhas do Sal atinge este ano letivo 2019/2020 o seu pico, em número de alunos, com cinco turmas em funcionamento, representando cerca de cem alunos, e, em condições normais, seria realizada uma sessão com todos os alunos inseridos neste tipo de ensino, questionando se a Escola está a preparar alguma ação para assinalar o encerramento do ano letivo e também o atingir do auge desta aprendizagem, em articulação com a Câmara Municipal e a Academia de Música de Alcobaça. Sugeriu ainda que, caso não fosse possível assinalar este momento, presencialmente, o mesmo poderia ser assinalado online.-----

----- Seguidamente mencionou o início das visitas aos lares e congratulou-se pelo excelente e exigente trabalho de proteção e salvaguarda da saúde de um grupo de risco que todas as equipas das IPSS têm vindo a desenvolver, desejando que tudo continue a correr da melhor forma.-----

----- Disse ainda que, também no decorrer desta semana, se verificou a reabertura ao público dos estabelecimentos de restauração e comércio por todo o País, deixando uma palavra de apreço a todos os proprietários e trabalhadores do setor para que retomem a atividade com confiança e ao ritmo a que todos estavam habituados. Aditou que os restaurantes desempenham um papel muito importante na preservação e salvaguarda do património cultural e gastronómico das regiões, sendo absolutamente decisivos para o setor do Turismo e para a estruturação dos produtos e dos serviços turísticos, que também têm uma função social e alimentar muito relevante.-----

----- Referiu ainda que não percebe muito bem a razão pela qual os serviços de Turismo e Cultura da Câmara Municipal de Rio Maior, através da ACIRM, nunca apostaram na realização de semanas gastronómicas nos restaurantes, como acontece um pouco por todo o País e também internacionalmente, em que os restaurantes são muito dinamizados através destes eventos que pretendem incentivar a vinda de clientes, devidamente divulgados na Comunicação Social. Opinou que Rio Maior teria

todas as condições para avançar com um projeto similar tendo como temática os seus produtos de excelência, como a carne, o pão, o vinho, a flor de sal e até na área da pastelaria e doçaria onde tem uma grande tradição, dando o exemplo do pão-de-ló de Rio Maior, entre outros.-----

----- Ainda na área da economia e do turismo deu conhecimento de uma notícia do Expresso sobre turismo interno, em que durante os dois meses mais críticos da pandemia Covid 19 se verificou uma redução de cerca de cem por cento, verificando-se nesta fase já um aumento na procura. Deu como exemplo a cidade de Santarém em que as casas estão a captar interesse, com o crescimento na procura a rondar os cerca de duzentos por cento, sendo um sinal da época que se aproxima, em que os portugueses vão apostar no turismo em território nacional e aproveitar para conhecer novos lugares. Saudou a iniciativa da Câmara Municipal relativamente à campanha de divulgação e captação de turismo para Rio Maior, devendo continuar esse caminho de reforço da promoção e divulgação do turismo rural e de natureza.-----

----- Terminou a intervenção questionando o Vereador Miguel Santos sobre o ponto da situação relativamente à requalificação da casa "Poeta Ruy Belo". Questionou também o Sr. Presidente da Câmara sobre o que esteve na base da decisão técnica do corte de árvores centenárias na EN 1, na zona da moagem, no âmbito da requalificação da Frente Ribeirinha.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção reportando-se à previsão de abertura dos Jardins de Infância para o início de junho e questionou se a Câmara está a acompanhar a situação relativamente aos equipamentos de proteção individual para o pessoal docente e não docente.-----

----- Sobre o ensino articulado sugeriu, dado que já não se está numa fase de confinamento e quarentena, que o município organizasse na Praça da República um espetáculo com os alunos do referido ensino, dado já haver os cinco anos de escolaridade de uma das turmas. Referiu também que, em caso de indisponibilidade de haver uma pareceria com a AMA, sugeria o apoio dos encarregados de educação para promover o ensaio e proporcionar um espetáculo aberto à população. Disse ainda que a Praça da República tem espaço o que possibilita que todos tomem as precauções individuais necessárias e com a "prata da casa" de que a Câmara dispõem, seria possível preparar os alunos e apresentar o espetáculo à população. Ainda sobre este assunto disse que teria todo o gosto em colaborar no projeto, caso

assim o entendessem.-----

----- Continuou a intervenção para solicitar ao Sr. Presidente cópia do acordo celebrado entre o município e a Indústria de Carnes Nobre relativo à “canalização” das águas residuais da ETAR daquelas indústrias para o rio Maior, a jusante.-----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por lamentar o falecimento do jovem GNR deixando sentidos pesamos à família, amigos e colegas do Posto Territorial da GNR de Rio Maior.-----

----- Parabenizou a Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, pela grande aposta feita com o vídeo promocional de Rio Maior, sendo com muito orgulho e emoção, como Riomaioense, que vê e revê o citado vídeo.-----

----- Continuou a intervenção dirigindo uma palavra de reconhecimento à equipa do Turismo da Câmara Municipal que têm uma excelente capacidade de trabalho. Em dois meses conseguiu reformular toda a estratégia, disponibilizando novas campanhas, criando soluções e sobretudo colocando o Turismo de Rio Maior num nível superior e à altura de grandes cidades. Disse ainda que o Covid19 foi um grande destabilizador na vida de todos, no entanto é também nos períodos de crise que surgem oportunidades de reformulação e opinou que o fizeram com muita qualidade.--

----- Ainda no uso da palavra informou que as reuniões com todos os agentes turísticos já terminaram e na próxima segunda-feira realizar-se-á a primeira reunião presencial da rede local de Turismo de Rio Maior, salientando que o objetivo é criar uma rede de trabalho com todos os representantes das várias áreas que operam no turismo em Rio Maior. Deu também conhecimento que já estavam confirmadas cerca de vinte entidades desta área para estarem presentes nessa reunião, onde estará também presente o representante da Entidade Regional de Turismo que vai partilhar com todos, as intenções e o que prevê, em termos futuros, para a região. Estará também presente o Diretor do Centro de Negócios que irá apresentar os programas de apoio existentes para os agentes turísticos. Informou ainda que nesta reunião o principal ponto a tratar será a promoção e referiu, a este propósito que quem passar pela A1 já vê um exemplo de um *outdoor* com publicitação a “Faça Turismo Cá Dentro – Visite Rio Maior”. Aditou que na próxima semana será divulgado o primeiro filme profissional turístico de promoção do concelho que considera que fará a diferença, tendo em conta as características do mercado atualmente.-----

----- Relativamente à campanha “Em breve” informou que a mesma tem decorrido muitíssimo bem, considerando as inúmeras partilhas nas redes sociais.-----

----- Também deu conhecimento que os novos percursos pedestres estão já numa fase de marcação e estarão prontos no mês de julho. Sobre os percursos já existentes disse que estavam em reformulação. Aditou que o conjunto dos novos percursos pedestres foi designado como projeto “Km zero”, sendo um projeto de prática de desporto informal, interligando o desporto e o turismo e que conta com quatro percursos, três mistos e um cidadão, sendo que cada um deles tem uma história da cidade de Rio Maior para contar.-----

----- Convidou ainda os Senhores Vereadores da oposição para partilharem as campanhas do Executivo de divulgação do turismo do concelho.-----

----- Terminou a intervenção informando o Vereador Daniel Pinto que na próxima reunião de Câmara daria o ponto da situação relativamente à casa “Poeta Ruy Belo”, dado que irão aproveitar a presença em Rio Maior do representante da Entidade Regional de Turismo para abordar este assunto.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou a intervenção lamentando o falecimento do jovem militar da GNR que era tido pelos seus pares como um exemplo de vida. Referiu que esteve presente nas cerimónias fúnebres do jovem militar e a Câmara Municipal disponibilizou o autocarro para que os militares do Posto da GNR de Rio Maior se pudessem deslocar a acompanhar as cerimónias fúnebres do seu camarada, em segurança. Foi um momento de grande consternação para todos. Deixou sentidas palavras de condolências à família do jovem militar, o que também já fizera pessoalmente e institucionalmente.-----

----- Sobre a obrigatoriedade das reuniões públicas informou que estas estão suspensas até dia trinta de junho de dois mil e vinte, o que não significa que não se possam fazer presencialmente, desde que estejam reunidas as condições para que tal aconteça. Referiu que o Executivo pensa retomar as reuniões presenciais no mês de junho, com inscrição para intervenção do público, e para que se verifique o distanciamento obrigatório, pensara no Auditório Municipal.-----

----- Relativamente aos alcatroamentos realizados na União das Freguesias de Marmeleira e Assentiz solicitou à Vereadora Vera Simões que lhe mandasse por escrito as questões apresentadas, para responder em conformidade.-----

----- Ainda sobre esta matéria informou que a escolha das vias a alcatroar é feita pelo município que é responsável pela maioria dos alcatroamentos do concelho, em articulação com a freguesia. Informou ainda que o montante investido em cada uma das freguesias foi dado a conhecer a todos através do procedimento de requalificação

de vias, no montante de cerca de quatrocentos e cinquenta mil euros, dos quais se afetou duzentos mil euros para todas as freguesias, de acordo com o rácio da população e a área da freguesia. Nesta distribuição, e acordado com os respetivos Presidentes, foram excecionadas as freguesias de Rio Maior e Alcobertas. Posteriormente à distribuição das verbas reuniu-se com as respetivas freguesias para em conjunto definir as vias a alcatroar. Informou que o Executivo pretende que este processo seja contínuo, com um investimento anual que permita fazer a manutenção constante em todas as freguesias, para que os alcatroamentos não aconteçam apenas em véspera de eleições. Informou ainda a Vereadora Vera Simões que a Câmara Municipal não investe em terrenos particulares, salvo devidamente protocolizado e dado conhecimento aos Órgãos competentes.-----

----- Relativamente aos equipamentos de proteção individual abandonados na via pública referiu que ainda não era um problema generalizado, embora também já tivesse observado casos pontuais, considerando que terá de se continuar a reforçar as campanhas de informação dos cuidados a ter com os EPI e opinou que em Rio Maior todos estão a ter consciência para esta questão. A este propósito informou ainda que o município de Rio Maior, na incapacidade do Ministério da Saúde responder, assumiu os custos de eliminação de resíduos perigosos para a saúde pública, nomeadamente os utilizados pelos Bombeiros e pela Cruz Vermelha -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra e quanto aos alcatroamentos na União das Freguesias de Marmeleira e Assentiz recordou que fora presente a reunião de Câmara o processo relativo aos alcatroamentos, questionando se fora no mesmo ponto da ordem de trabalhos que estavam elencados os alcatroamentos a fazer na cidade e na freguesia de Alcobertas.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que eram processos distintos, um designado por “Requalificação de Vias” que contempla as freguesias referidas e o outro são os procedimentos que foram contemplados no empréstimo de um milhão e oitocentos mil euros, onde estão incluídas as obras no Bairro Mãe d’Água, nas Ruas Duque de Coimbra e Latino Coelho, no Bairro da Chainça entre outras, na freguesia de Rio Maior. Referiu ainda o grande investimento que vai ser feito em Assentiz, na Rua Manuel Sequeira Nobre, contemplando a substituição integral da rede de abastecimento de água, respetiva pavimentação e drenagem das águas pluviais. Disse ainda que há mais de trinta anos que existiam problemas nesta conduta.-----

----- Quanto ao facto da não distribuição de máscaras de forma generalizada à população em geral, informou não ser uma posição isolada da Câmara Municipal de Rio Maior, mas uma decisão conjunta de todas as Câmaras Municipais da CIMLT, que entenderam não ser adequado fazer essa distribuição de forma generalizada pela população, decisão com a qual concordava, até porque o mercado já consegue dar resposta a esta necessidade, a preços acessíveis, não sendo difícil para a esmagadora maioria dos riomaiorenses conseguir fazer a sua proteção. No entanto, essa distribuição aos cidadãos mais desfavorecidos, foi assumida pela Câmara Municipal, tal como já dissera anteriormente, tendo os serviços de Ação Social do município já iniciado essa distribuição aos mais idosos. Deu conhecimento que o Executivo já fizera uma encomenda de duas mil máscaras laváveis. -----

----- Ainda no uso da palavra informou que as deliberações tomadas nas reuniões de Câmara são sempre divulgadas no *síte* da autarquia e assim continua a acontecer. Informou também que o Plano Municipal de Defesa da Floresta está ativo, com um acompanhamento permanente. Também considerando o período crítico que se aproxima referiu que o dispositivo especial de combate a incêndios rurais está preparado pelo município em conjunto com as forças de proteção civil do concelho. Ainda sobre esta matéria informou que vai reunir com os Bombeiros sobre a melhor forma de resolver a questão do fornecimento de refeições em teatro de operações dado os constrangimentos provocados pelo Covid19.-----

----- Continuou a intervenção dando conhecimento que o regresso às aulas está a decorrer com normalidade e o município tem acompanhado diariamente a situação, quer ao nível do setor da Educação, quer ao nível da Proteção Civil, ajudando a corrigir algumas situações, nomeadamente na Escola Secundária. Também se verificaram algumas questões ao nível do transporte dos alunos que foram ultrapassadas com a colaboração da Rodoviária do Tejo, criando mais um horário de transporte, no período do almoço.-----

----- Relativamente ao ensino articulado da música opinou ser totalmente contra qualquer tipo de espetáculo realizado ao ar livre, considerando as indicações da DGS que refere que os espetáculos para decorrerem ao ar livre têm de ter no máximo uma pessoa por cada vinte e cinco metros quadrados e deu o exemplo com a ocupação da Praça da República onde só poderiam estar cerca de cem pessoas.-----

----- Quanto às visitas aos Lares opinou que as mesmas eram imprescindíveis dado que os idosos começam a sentir-se muito distantes das suas famílias e apesar das visitas serem feitas com distância de segurança isso traz riscos, embora os planos de

contingência estejam ativos e bem delineados com um grande acompanhamento dos Serviços de Ação Social e também da Proteção Civil.-----

----- Quanto ao abate de árvores na Zona Ribeirinha informou que as citadas árvores são choupos, espécie de crescimento rápido que estavam no talude do rio e em risco de ruírem, situação que não podia continuar considerando que aquele espaço, depois de requalificado, vai ser muito utilizado pelas famílias riomaiorenses. -----

----- Informou também que a Câmara está a acompanhar a situação nos Jardins de Infância e fornece a todos os colaboradores quer sejam ou não da responsabilidade da Câmara e também aos professores, os equipamentos de proteção individual sempre que estes são solicitados, suprimindo assim as falhas de fornecimento por parte do Ministério da Educação. Salientou que tem havido uma interligação bilateral com os Agrupamentos de Escolas, dado que estes muito têm apoiado na feitura de máscaras e viseiras.-----

----- Sobre a empresa “Carnes Nobre” informou que têm decorrido diversas reuniões para acertar pormenores sobre a colaboração entre a empresa e a Câmara Municipal, frisando que nunca será permitido que a descarga não cumpra a legislação em vigor, o que também é um objetivo desta grande empresa, tendo em conta a sua própria certificação. Aditou que os seus gestores sempre demonstraram uma grande abertura para a existência de um entendimento com a Autarquia. Disse ainda que o que está projetado será canalizar todo o afluente que cumpra as regras para jusante do novo parque da zona ribeirinha. Disse ainda que uma das dificuldades encontradas em todo o processo foi o facto de existirem várias saídas da estação de tratamento da empresa, para a linha de água, tornando-se necessário unificar o sistema, processo este que a Câmara está a tentar que a empresa suporte, para posteriormente, se dar continuidade às obras.-----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- No uso da palavra e relativamente à questão do “Dia Internacional dos Museus” deu conhecimento que a Câmara tem em desenvolvimento um processo de recolha e organização de informação do concelho que se encontra muito dispersa. Disse ainda que, embora não haja um museu e por isso não foi assinalado esse dia num espaço físico, está a ser desenvolvido um projeto nesse sentido

----- Relativamente ao regresso às escolas referiu que o processo decorreu com normalidade. Disse ainda que os horários da Escola Secundária foram disponibilizados com pouca antecedência o que causou constrangimentos, aos pais, aos professores e também à Rodoviária do Tejo, mas logo que se aperceberam a Câmara tomou as

devidas diligências para facilitar a organização da rotina dos alunos que não estava devidamente salvaguardada porque tudo foi organizado num curto espaço de tempo.--

----- Disse ainda que todas estas situações eram compreensíveis porque ninguém ainda vivera uma situação destas, contudo também tinha alguma dificuldade em compreender as orientações, as sugestões e depois a forma como foram operacionalizadas estas medidas por parte do Ministério da Educação e também do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, porque as sugestões que são dadas e tidas como fundamentais, nem sempre a sua operacionalização é logo tomada à partida. -----

----- Destacou ainda a relação que se tem criado com os Diretores dos Agrupamentos das Escolas Básicas, referindo as inúmeras reuniões que decorreram. Sobre a abertura do ensino Pré-Escolar disse que está prevista para breve, mas sem qualquer orientação sobre os equipamentos de proteção individual e também quanto a formação sobre higienização, a qual não está prevista para o ensino pré-Escolar. Aditou que já no decorrer da reunião recebera informação da Direção dos Estabelecimentos Escolares, a dizer que, em princípio, serão fornecidas máscaras ao pessoal docente, algo que não a deixava nada tranquila, e, provavelmente, mais uma vez, a Câmara Municipal teria que se fazer substituir a quem tinha o dever de resolver essa questão.-----

----- Elogiou também todo o pessoal não docente que tem sido de uma entrega muito grande, nomeadamente, na Escola Marinhas do Sal, onde se tem deslocado frequentemente, viu que estavam a pintar paredes e estavam felizes com a readaptação das tarefas, estando a ajustar-se a estas novas condições para o melhor acolhimento possível aos alunos. Aditou que o pessoal não docente foi abordado pelo Município para dar apoio ao nível da higienização no Centro de Saúde e ninguém se manifestou contra. Disse ainda que no decorrer desta semana quando solicitara para que assumissem as suas funções nas escolas, a Escola Fernando Casimiro disponibilizou duas colaboradoras para o Centro de Saúde até que a situação esteja mais equilibrada.-----

----- Reportou-se ainda ao espetáculo da Academia de Música de Alcobaça referindo que a pandemia impediu uma série de atividades e iniciativas que tinham sonhado fazer. Disse ainda que para a sua realização existiam muitos constrangimentos, nomeadamente como se faria a seleção dos que poderiam estar presentes, no entanto iria solicitar que se verificasse a possibilidade da sua realização de forma digital. -----

----- Terminou a intervenção referindo-se à preparação do Ano Letivo no Pré-Escolar

e deu conhecimento de que a Câmara iria constituir uma comissão que se vai deslocar aos Agrupamentos de Escolas Fernando Casimiro e Marinhas do Sal para assistirem à ação de sensibilização para as novas rotinas, tal como aconteceu na Escola Secundária. Essa comissão será constituída pela Vereadora da respetiva área e elementos da área da Proteção Civil. Disse ainda ser muito constrangedor reconhecer que o pessoal docente e não docente já começa a entrar nas idades de maior risco perante esta pandemia, daí ser fundamental assegurar todas as condições e tranquilizar o mais possível, quem vai estar na linha da frente. Trata-se de uma série de procedimentos, muito simples, mas que são vários, fazendo com que a rotina da limpeza e de higienização de uma sala, seja alterada significativamente.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Voltou a intervir para fazer uma abordagem política na defesa transversal de todos os municípios, nomeadamente, que ninguém estava preparado para um desafio desta dimensão, considerando a propósito que o Poder Local democrático e o municipalismo deram provas, na fase que se atravessa, da indispensabilidade da sua existência, para a boa gestão do território Nacional. Referiu ainda que o Estado Central “usa e abusa” dos municípios, porque reconhece nestas entidades a capacidade de resolver problemas que o mesmo não consegue, e passou a partilhar algumas frustrações, tais como o facto do mesmo Estado que impõem rácios à existência de assistentes operacionais para as escolas, o que em Rio Maior, nunca respeitaram, por excesso, porque consideram que o seu número definido em rácio, não é suficiente para garantir um ensino e um acompanhamento de qualidade aos alunos, e não o respeitando têm custos exacerbados com os assistentes operacionais nas escolas, porque estes são necessários. Contudo é o mesmo Estado que impõem rácios claramente inferiores às necessidades da Comunidade Escolar que depois solicita aos municípios que assuma os custos e o trabalho destas pessoas para, por exemplo, ajudarem a higienizar o Centro de Saúde. Referiu ainda que o Ministério da Saúde, se não fosse o apoio dos municípios, a nível nacional, não conseguiria fazer a higienização dos Centros de Saúde.-----

----- Ainda sobre esta questão deu conhecimento que recebera um pedido do Agente Judiciário de Santarém para que sejam os assistentes operacionais do município de Rio Maior a fazer a desinfecção das salas de audiência do Tribunal no intervalo entre audiências. Frisou que o município está para cooperar com todas as instituições que requeiram esse apoio, no entanto, parecia-lhe que deveria haver uma maior capacidade daqueles que querem impor regras, devendo também haver o

reconhecimento da incapacidade de resposta do Estado Central, o que não ficaria nada mal.-----

----- Referiu ainda que lhe parecia haver uma clara incapacidade do Estado responder aos seus serviços mínimos e quando assim é, são os municípios, como sempre, que acabam por resolver problemas que não sendo seus, são da sua população, o que os torna problema de todos.-----

----- Terminou referindo que fizera esta intervenção porque queriam destacar os serviços “silenciosos” que existem e a que as pessoas não dão o devido valor, salientando a disponibilidade dos assistentes operacionais das escolas para aceitarem o desafio de irem para uma zona potencialmente mais perigosa, o Centro de Saúde, o que merece o reconhecimento de todos. Agradeceu a todos os que aceitaram este desafio.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- Não foram presentes despachos para ratificar. -----

----- **PONTO II – LIMITE DE APLICAÇÃO DA ISENÇÃO TEMPORÁRIA DO PAGAMENTO DE TARIFAS FIXAS DO CONSUMO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é que a isenção temporária do pagamento das tarifas fixas do consumo de água, saneamento e resíduos aplicada todos os consumidores domésticos e não domésticos, designadamente estabelecimentos comerciais, industriais e associações, com sede ou estabelecimento no concelho de Rio Maior, na sequência da deliberação de Câmara de 27/3/2020, tenha o seu limite de aplicação na fatura a emitir no mês de maio. -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES** -----

----- Referiu que o PS votara a favor esta medida e ressalva este cuidado e ter feito a leitura da importância que uma medida destas poderia ter num contexto excecional como aquele que se vive, contudo na altura, considerara que não era, no seu todo, equilibrada e sentira que poderia continuar a ter os encargos que tinha tido até ao momento e que havia outras famílias que poderiam ter esses mesmos encargos e considerava que continuando a pagar poderia estar a ajudar uma outra família a pagar ainda menos. Aditou que compreendera que tendo que atuar rapidamente, esta seria uma análise que demoraria a ser feita e tomar uma medida no sentido que referira atrasaria essa ajuda.-----

----- Terminou a intervenção reforçando ser importante olhar para aquelas famílias

que estão com imensas dificuldades e também para as empresas e associações do concelho e tentar perceber quem necessita desta ajuda e o quão importante a mesma poderá ser. Frisou que no concelho e em Portugal todos têm sido muito solidários e com capacidade para tentar ajudar aqueles que mais precisam.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para dizer que a aprovação da isenção temporária do pagamento de taxas foi para os meses de março, abril e maio, lembrando que a Câmara de Rio Maior foi a única Câmara da Lezíria que tomou esta decisão que importou em cerca de noventa mil euros mensais. Aditou que já existem condições para cancelar esta isenção generalizada das tarifas de água e salientou que o objetivo a partir de agora será fazer uma análise social do perfil de cada consumidor e de cada empresa ou associação que revele dificuldades com o intuito de apresentar uma proposta devidamente fundamentada, caso a caso, para saber quem precisa desta isenção.-----

----- Terminou a intervenção referindo que irão analisar todas as situações e também tivera oportunidade de dizer que a medida não fora equilibrada, no entanto também considera não ser equilibrado a Câmara comprar ventiladores, máscaras cirúrgicas ou álcool gel a preços especulativos, no entanto também a época que se viveu não foi equilibrada. Agradeceu a todos o apoio que sempre lhe deram nesta fase difícil.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **Declaração de Voto do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto** subscrita pela **Vereadora Vera Alexandra da Costa Simões** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei a favor pela isenção temporária do pagamento das tarifas fixas do consumo de água, saneamento e resíduos urbanos a todos os consumidores domésticos e não domésticos e cuja isenção tem o seu limite de aplicação na fatura a emitir no mês de maio, no pressuposto que a Câmara Municipal possa encontrar rapidamente uma metodologia de apoio justa, equitativa e solidária de isenção e redução das tarifas de consumo de água e saneamento para as famílias, associações e empresas brutalmente atingidas pela crise económica da pandemia Covid19 e que estão numa asfixia financeira .”-----

----- **PONTO III – COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES PARA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR | ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA | ANO LETIVO 2020/2021**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, no âmbito das de atribuições do Município no domínio em matéria de Educação e Ação Social, de

acordo com a as alíneas d) e h), respetivamente, do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 11 de janeiro, aprovar a comparticipação familiar para o ano letivo 2020/2021, conforme tabela que constitui anexo a esta proposta e que se mantém inalterado relativamente ao ano letivo transato (2019/2020). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para salientar que o Executivo em funções, pese embora existam sempre atualizações de preços dos serviços que são prestados à população, entende que não se está numa fase em que seja recomendável fazer uma atualização de preço para as populações, daí que a Câmara Municipal assume algum prejuízo que esta atividade possa gerar, mesmo que reduzido, mantendo para os agregados familiares o mesmo custo que tinham no ano transato.-----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Sobre esta matéria referiu que estão a todo o momento a reajustar-se às medidas que vão sendo implementadas para o próximo ano letivo.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IV – PROTOCOLO DE PARCERIA COM ATB | ASSOCIAÇÃO TEMPOS BRILHANTES | RECOMEÇO DO PROTOCOLO PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC) | 3º PERÍODO - ANO LETIVO 2019/2020**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das alterações que levaram à deliberação de suspensão em 17/4/2020, o recomeço do protocolo com a Associação Tempos Brilhantes, para implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), no 1.º Ciclo do Ensino Básico, no ano letivo 2019-2020, e consequentes pagamentos relativos ao 3º período do presente ano letivo, devendo esta decisão ser comunicada por escrito à associação. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre o ponto em discussão referiu que a Associação Tempos Brilhantes desenvolveu métodos que tornam possível continuar a trabalhar com os alunos, retomando o citado protocolo no 3º Período do ano letivo 2019/2020.-----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Referiu que esta medida surgia na sequência de documento emanado pela Secretaria de Estado que orientou no sentido das entidades criarem essas condições e os Agrupamentos teriam de se pronunciar sobre a aceitação ou não, da continuidade

das atividades em plataforma, tratando-se de uma questão que não foi consensual. Foi feita uma análise dos conteúdos, dado que os alunos já estão muito sobrecarregados de horas de internet, no entanto os Diretores validaram os conteúdos da plataforma e fizeram a proposta de retoma das atividades.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- De novo no uso da palavra referiu que esta Associação irá encontrar forma de dinamizar, até do ponto de vista físico, as crianças. Disse ainda que esta atividade é financiada e o município de Rio Maior deseja que a mesma se concretize.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Sobre esta questão referiu que nos últimos anos tem manifestado algumas reservas relativamente ao modo de atuação e nada tendo contra as atividades de enriquecimento curricular, nem contra a Associação Tempos Brilhantes, que faz um trabalho excecional, com uma amplitude nacional com grande expressão. -----

-----Disse ainda tratar-se de uma Associação sem fins lucrativos, com uma tipologia de IPSS que faz um trabalho de qualidade, daí que tantas instituições trabalhem com a mesma, no entanto gostaria de saber de que forma a Câmara Municipal se tem posicionado nos últimos anos para poder construir uma solução de base local. Referiu também que estas atividades têm uma base artística, uma base lúdico expressiva, uma base científica e desportiva, considerando que há em Rio Maior recursos humanos e instituições como a Escola Superior de Desporto, a Desmor, a Escola Profissional de Rio Maior, a Associação Ephemera e a Fundação António Quadros que poderiam ser a base para uma solução local de proximidade e com ganhos conjuntos.

----- Questionou se a Câmara Municipal está a pensar trabalhar essa solução e se pensa que a mesma seja possível para que no futuro se rentabilize e aproveite a massa critica, os recursos, as competências e as capacidades locais.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre a questão apresentada informou que já no tempo em que a Vereadora Ana Figueiredo tinha o pelouro da Educação se verificou colaboração entre os técnicos da Associação Tempos Brilhantes, com a Empresa Desmor e também com os técnicos municipais disponíveis (Paulo Montez, David e o Guilherme) e se foi enriquecendo esta atividade com base local e assim continua a ser. Agradeceu a disponibilidade dos citados técnicos, opinando que o trabalho que o Vereador Daniel Pinto refere já está feito, embora não em exclusivo porque também não existe massa crítica para absorver todas as áreas.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre este assunto referiu que na altura, quando se decidiu optar pela

Associação Tempos Brilhantes foi porque esta Associação já tinha experiência e a Câmara poderia sugerir outras atividades que eles desenvolveriam. Disse ainda que a referida Associação dá formação profissional nas áreas que estavam a desenvolver em Rio Maior. Quanto aos professores que ministravam estas atividades, estes eram essencialmente do concelho, sempre que isso era possível. Aditou que por vezes já não havia “mão-de-obra” para implementar estas atividades nas escolas do concelho. Recordou que houve um ano em que a Câmara propôs aos Agrupamentos que houvesse flexibilidade nos horários do 1º Ciclo para que pudessem ser implementadas estas atividades em diferentes horários e se tornassem mais atrativas para quem as promovia junto dos alunos e assim terem um horário completo, o que se conseguiu só num ano, o que permitiu que os técnicos envolvidos tivessem quase uma dedicação exclusiva a estas atividades. Considerou que a situação agradou à Associação Tempos Brilhantes, contudo no ano seguinte houve um retrocesso.-----

----- Terminou a intervenção referindo que, enquanto nos outros níveis de ensino, os professores estão habituados a um horário diferente anualmente, da parte do corpo docente do 1º Ciclo tem havido muitas “barreiras” à flexibilização do seu próprio horário, no entanto considerava que a Associação Tempos Brilhantes tem sempre demonstrado disponibilidade para trabalhar com o município e com as escolas. Disse ainda que os horários em que estas atividades são promovidas são muito limitativos não permitindo que os técnicos que as desenvolvem ganhem algum vínculo e tenham estabilidade financeira, considerando que a comparticipação financeira do ministério da educação para desenvolver estas atividades era cerca de cinquenta mil euros anuais.-----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Interveio para dizer que, na sua opinião, para uma criança crescer feliz, poderá não passar por estar doze horas fechada na sala de aulas. Referiu ter muita dificuldade em compreender que o facto das atividades extracurriculares ocorrerem depois de todo o conteúdo letivo, no mesmo espaço e com os constrangimentos de um intervalo de um pouco mais de vinte minutos. Disse ainda que as afirmações dos Vereadores Daniel Pinto e Ana Figueiredo fazem todo o sentido dado que existem muitas valências no concelho e deu conhecimento que já reunira informalmente com a Dra. Diva Cobra para analisarem algumas ideias que pretendem desenvolver nesta área.-----

----- Terminou a intervenção referindo que quando ouvira o Ministro da Educação apontar para um processo misto (presencial e online) para o próximo ano letivo, sentia

alguma tristeza porque se vai perder o contacto social na escola, o qual considera fundamental, quer para adultos, quer para crianças e também porque restringe a preparação do novo ano letivo. -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES** -----

----- Reportou-se ao ensino misto que está a ser pensado pelo Ministério da Educação referindo que como o início das aulas será em setembro e sendo provável que surja uma nova vaga do vírus, daí estar em estudo a forma como se poderá mitigar essa possível ameaça, mas concordava com as palavras da Vereadora Leonor Fragoso sobre a importância que o brincar tem para as crianças.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria**, dos presentes com cinco votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, subscrita pela **Vereadora Vera Alexandra da Costa Simões**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Concordo que as crianças do 1º Ciclo do ensino básico tenham acesso a atividades de enriquecimento curricular nas áreas artísticas, científicas lúdico/expressivas e desportivas. Optei no entanto pelo sentido da abstenção porque acredito que deve ser explorado um outro caminho de construção de uma solução de base local para a prestação destes serviços educativos aproveitando o conhecimento e as capacidades das instituições locais, como por exemplo a Escola Superior de Desporto de Rio Maior, a Escola Profissional de Rio Maior, a Desmor, as várias IPSS, a Associação Ephémere ou a Fundação António Quadros.”-----

----- **PONTO V – CONTRATOS DE FORNECIMENTO E SERVIÇOS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO | ANO LETIVO 2019/2020 | RECOMEÇO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, considerando o conteúdo do despacho nº 34/2020, de 08 de abril, do Presidente da Câmara, ratificado em reunião da Câmara Municipal de dia 17 de abril de 2020, pelo qual se determinou, por motivo de força maior, ao abrigo da alínea a) do artigo nº 297º do Código dos Contratos Públicos, a suspensão dos seguintes contratos de fornecimento e serviços: Processo Nº 44 - Concurso Público para fornecimento - Transportes Escolares ano letivo 2019/2020, foi em 10/09/2019, celebrado contrato com a Rodoviária do Tejo, S. A., referente a Lote 1 – Circuitos Especiais Escolares, Lote 2 – Visitas de Estudo e Lote 3 – Transporte no âmbito do programa pedagógico; Processo Nº 68 – Ajuste Direto para fornecimento - Aquisição de frutas, produtos hortícolas e bananas para o

ano letivo 2019-2020, foi em 14/08/2019, celebrado contrato com Horácio Barreiro - Frutas, Lda.; Processo Nº 131 – Consulta Prévia para fornecimento – Aquisição de Leite Escolar, foi em 27/01/2020, celebrado contrato com A. Marques, Lda., que: -----

----- No que respeita ao ponto nº 1, e considerando que em junho, as atividades educativas no Pré-escolar vão ser retomadas, por força da Resolução do Conselho de Ministros nº33-C/2020 de 30 de abril, que estabelece uma estratégia de levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença COVID 19, o recomeço da execução das prestações que constituem objeto do contrato (Lote 1), até ao final do presente ano letivo, nos termos do artigo 298º da Código dos Contratos Públicos, sendo que para o próximo ano letivo 2020/2021, já está a ser preparada proposta, que posteriormente será presente a reunião de Câmara; -----

----- Relativamente aos pontos nºs 2 e 3, considerando que os contratos apenas tiveram execução até ao dia 13 de março, devido à suspensão das aulas presenciais, estimando-se a existência de fruta e leite suficiente para fazer face ao 1º período do próximo ano letivo, prazo idêntico ao que foi suspenso, que ao abrigo do artigo 298º do Código dos Contratos Públicos, a execução das prestações que constituem objeto do contrato recomeça no início do próximo ano letivo, em data a ser definida pelo Ministério da Educação, tendo em conta que as causas que determinaram a suspensão - a emergência de saúde pública ocasionada pela doença causada pelo coronavírus SARS – CoV-2 - COVID 19 foi qualificada pela Organização Mundial de Saúde como uma pandemia, constituindo uma calamidade pública – não ponham em causa o início do próximo ano letivo com aulas presenciais, uma vez que à data muitas das medidas adotadas começam a ser levantadas; -----

----- Que para efeito dos pontos anteriores os fornecedores sejam notificados por escrito, nos termos da legislação atrás mencionada. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI – HABITAÇÃO SOCIAL SITA EM AZINHEIRA, RIO MAIOR | PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES MENSAS** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aceitar a proposta de pagamento em prestações mensais no valor de 100 euros, relativas a habitação no Bairro Social Dr. Francisco Sá Carneiro, Lote P-10. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- VEREADOR JOÃO ANTÔNIO LOPES CANDOSO -----

----- Disse tratar-se de uma situação que se arrasta há mais de vinte anos dado que a Câmara quando fez os contratos não tinha os lotes de terreno em seu nome e só recentemente foi presente a reunião de Câmara a resolução deste litígio com o proprietário. Informou também que já foi feita a escritura dos lotes em nome da autarquia, estando a decorrer todos os trâmites legais de registo dos respetivos lotes.--

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VII – REDUÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA E SUBSTITUIÇÃO POR CAUÇÃO MONETÁRIA | PROCESSO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO N.º 1/2015** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é que se proceda à redução da caução, prestada para garantir a boa e regular execução das obras de urbanização da operação de loteamento com o Alvará n.º 01/2016, em 90% do valor inicial, sendo que os 10% remanescentes serão libertados com a receção definitiva das obras de urbanização e se autorize a alteração da prestação da caução de garantia bancária para depósito em dinheiro no valor dos 10% da caução inicialmente prestada. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VIII – AUTORIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA AUMENTO DE ÁREA DE ESPLANADAS E ISENÇÃO DAS RESPETIVAS TAXAS** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é que, como medida de apoio às empresas no âmbito do combate às consequências económicas resultantes da pandemia da doença COVID-19 e ao abrigo do número 1 do artigo 2º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, se autorize o aumento das áreas ocupadas pelas esplanadas já licenciadas, quando possível, a requerimento dos interessados, devendo os serviços respetivos da Câmara Municipal definir e delimitar as novas áreas a ocupar, com efeitos a partir da presente data e até ao final do ano civil em curso e seja concedida a isenção total das taxas referentes ao aumento do espaço que se revele necessário à ampliação para ajustamento às exigências regulamentares, com efeitos a partir da presente data e até ao final do ano civil em curso. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Sobre o ponto em discussão questionou se esta medida se aplicava

exclusivamente ao aumento da área de esplanada e se a isenção que vai ser concedida era apenas tendo em conta a área de expansão e mediante requerimento do interessado ou se será válido para a área total da explanada, dado que este setor, em termos económicos e financeiros, foi brutalmente atingido com a quase total perda de atividade.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que a taxa de explanada é uma taxa paga anualmente e já foi paga pelos seus proprietários e a proposta contempla somente não pagar a extensão da área de esplanada. Sobre a devolução parcial da taxa relativa aos meses em que os estabelecimentos estiveram encerrados é uma possibilidade que o Executivo vai analisar no sentido de a conseguir enquadrar legalmente.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Declaração de Voto do **Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, subscrita pela **Vereadora Vera Alexandra da Costa Simões**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente a concessão de isenção total das taxas referentes apenas ao aumento do espaço que se revelar necessário para ampliação da esplanada no âmbito dos estabelecimentos de restauração e bebidas, considero no entanto que a Câmara Municipal de Rio Maior deve promover uma análise e uma reflexão séria sobre a possibilidade dos estabelecimentos de restauração e bebidas poderem ser ressarcidos das taxas que já pagaram sobre este espaço da esplanada e que possam ser ajudados naquilo que foi uma limitação brutal da sua atividade nestes meses de pandemia Covid19.”-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas, o Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____

